

A construção do saber histórico e projeto social: Os historiadores da UFRJ na época da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)

Ludmila Gama Pereira*

Resumo:

Este trabalho pretende apresentar os primeiros passos da pesquisa que realizo sobre a atuação dos historiadores que lecionaram na Universidade Federal do Rio de Janeiro na época da ditadura militar no Brasil (1964-1985), evidenciando os enfrentamentos, conformismos ou adesões do posicionamento político dos intelectuais no recente período do regime militar.

Além da discussão no interior do próprio “campo acadêmico”, pretendo evidenciar a imersão analítica dos historiadores e o compromisso com um projeto social e as tomadas de posição frente aos desafios propostos pela realidade social de determinado contexto histórico. Para trabalhar a relação entre a construção do saber e o contexto político faz-se necessário investigar em quais condições este conhecimento pôde ser produzido e como ele se relaciona à realidade vivida pelo agente do conhecimento.

Palavras-chave: Historiadores, Projeto Social, Ditadura Militar.

Abstract:

This work intends to present the first steps of the research that I accomplish about the historians' performance that taught in the Federal University of Rio de Janeiro in the military dictatorship in Brazil (1964-1985), evidencing the confrontations, conformisms or adhesions of the intellectuals' political positioning in the recent period of the military regime.

Besides the discussion inside the own "academic field", I intend to evidence the historians' analytical immersion and the commitment with a social project and the position they took front to the challenges proposed by the social reality of a historical context. To work the relationship between the construction of the knowledge and the political context, it is necessary to investigate in which conditions this knowledge could be produced in a certain reality lived by the agent of the knowledge.

Key-words: Historians, Social Project, Military Dictatorship.

* Mestranda em História na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Este artigo apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa que se refere a análise da relação entre a construção do saber histórico e o presente, investigando os professores universitários de História atuantes na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, na época da Ditadura Militar no Brasil (1964-1984). Para isso, é necessário analisar enfrentamentos, conformismos ou adesões dos intelectuais brasileiros frente ao regime militar e demonstrar os diversos projetos sociais que eram colocados em disputa. Desta forma esperamos superar uma definição da disciplina História calcada na idéia de uma educação apolítica e na suposta neutralidade de um campo científico que não se relaciona à totalidade social de seu tempo.

A análise destes intelectuais frente à ditadura militar sempre leva em consideração a formação destes não em terrenos abstratos e sim em terreno de disputas políticas claras, no sentido de promover a consolidação de um projeto político de uma classe específica, e torná-lo a forma de organização única para toda a sociedade. A abordagem dos intelectuais a partir de sua relação com os grupos sociais fundamentais e a díade intelectual “orgânico”/ intelectual “tradicional” criada por Gramsci (GRAMSCI, 2000:15-53), trazem uma grande contribuição para o entendimento da figura do intelectual menos contemplativa, e sim mais identificada a de um organizador, “persuasor permanente”, e um construtor ativo na vida social. Portanto, o intelectual orgânico não é aquele que vê a realidade social de outro prisma e acima da consciência das massas, Esta nova forma de enxergar o fazer intelectual torna a relação entre prática e teoria mais orgânica, pois se identificam elementos da própria prática à teoria, agindo assim, de forma mais coerente e relacional.

A escolha de historiadores como objetos de análise desta pesquisa leva em conta não somente a posição de analistas do tempo, mas também a de agentes historicizados, sujeitos às polêmicas que afetam tanto a construção do “saber histórico” como as suas próprias vidas. A partir desta dupla noção, pretendo investigar a construção do saber em História a partir de uma relação efetivamente vivida pelo agente do conhecimento. Para isso, concordando com Josep Fontana é necessário investigar a atuação do historiador a partir de uma proposição de projeto social que ele legitima. “Não existe educação “neutra” alguma que transmita os fatos históricos e a sua interpretação sem passá-los pela peneira de uma concepção de sociedade que se tem por “normal”, o que implica algumas determinadas idéias políticas.” (FONTANA, 1998: 251).

Esta reflexão, portanto, leva em conta os projetos em jogo dentro de uma determinada instituição trazendo à tona a relação entre epistemologia e política, demonstrando assim, que a radicalidade do contexto evidenciou as resistências, as conformidades e as efetivas adesões ao

regime político que se estabelecia.

A antiga Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro (FNFI), era considerada pelo regime um incômodo para a ditadura e nas palavras de Sonia Maria S. Seganfredo, logo no início daquele período, era “o núcleo universitário que mais desenvolveu e ainda desenvolve uma ação subversiva”(DREIFUSS,1981). Segundo José Werneck da Silva(SILVA,1985) a FNFI foi um dos espaços acadêmicos onde debates aconteciam e onde havia práticas de discussões paritárias entre professores e estudantes. Para o professor Ciro Cardoso, no Departamento de História da FNFI, ainda que a característica geral do curso fosse extremamente tradicional, a Cátedra de História Moderna e Contemporânea já se debruçava na análise da posteriormente chamada História do Tempo Presente:

“Na época, inclusive, eu diria que em História Moderna e Contemporânea a gente fazia o que hoje seria chamado de História Imediata, naquela época não se chamava assim, ou História do Tempo Presente como uma coisa natural. Ninguém pensava que isso precisasse de um nome específico, agora, era muito raro que se fizesse isso. Normalmente uma História tradicional como a que havia no Brasil achava que era preciso dar um tempo, não? Quer dizer, que os arquivos estavam fechados ou porque você não podia ser objetivo se avaliasse um período muito recente. Havia uma porção de argumentos contra isso. No entanto, a cadeira de Moderna e Contemporânea fazia...como por exemplo, eu estou dando o exemplo do Congo, eu fiz um trabalho sobre o Congo num momento em que essas lutas ainda estavam acontecendo, não é?”¹

Logo depois de 64, o momento era de aliança da oposição, que se transformou em movimento de massa já em 1968. Afirmando esta mobilização, a oposição no congresso já apontava as inquietações e denunciava a repressão do Estado em 1966, já que as funções legislativas (aquelas que antes lhe eram cabíveis) tinham sido praticamente suprimidas pelo golpe. Não tardaria a vir um maior fechamento do regime, com o Ato Institucional nº 5, aumentando ainda mais o poder do Executivo, que trouxe a linha-dura para o centro poder dirigente, usando de todas as formas de seu poder de exceção, tudo em nome da “segurança nacional”. Segundo Virgínia Fontes e Sonia Regina de Mendonça:

“A partir de 1968 completou-se o movimento de expansão de papéis e funções da corporação armada, face ao leque de atribuições que lhe cabiam, desde o fortalecimento do Estado à neutralização das tensões sociais; desde a supressão do dissenso político à promoção de altas taxas de crescimento econômico.”
(MENDONÇA & FONTES, 1996: 40)

O governo Costa e Silva, em vista de tais acontecimentos, desencadeou diversas

¹ CARDOSO, Ciro. F. S. Entrevista cedida a Ludmila Gama Pereira em maio de 2008.

medidas repressivas que acabaram com o movimento dos estudantes e dos professores. Em novembro de 1968, um mês antes do AI-5, foi criada a Lei da Reforma Universitária, que trazia o sentido ideológico da ditadura com uma aparente modernização, como a departamentalização, o fim das cátedras e institucionalização da pós-graduação. Por outro lado, estimulava a privatização do ensino superior, transformava a educação em mercadoria, ao implantar o sistema por créditos e possibilitou a matrícula por disciplina para a desmobilização do movimento estudantil.

Em 1968, houve a divisão da FNFI em diversos institutos e o curso de história foi transferido para o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), que naquela época funcionava na Marquês de Olinda, em Botafogo. O novo ambiente era alvo de diversas ameaças do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que já tinha atacado a Filosofia da USP em outubro de 1968. No momento mais crítico da ameaça de ataques, houve, no casarão do Marques de Olinda, uma vigília dividida entre professores e alunos para denunciar à polícia qualquer movimentação do CCC. A mobilização da ocupação se deu com diversas palestras, debates e discussões políticas que ocupavam o IFCS por todo o dia. Cabe destacar a palestra da professora Eulália Lobo sobre “Problemas Atuais da América Latina”, que trazia a imersão analítica do historiador na realidade social de seu tempo. Ficaria evidente, então, que todas essas mobilizações iriam chamar a atenção da ditadura, que imediatamente traçou uma estratégia de contenção a esses movimentos de resistência. Em 1969, já aposentada, a professora Eulália Lobo ficaria presa uma semana pelo regime.

“Quando fui presa já tinha sido expulsa da universidade. Aposentadoria compulsória. Foi uma leva grande de pessoas. Eles tiveram uma tal pressa de aposentar que aposentaram inclusive quem não tinha cargo público, como Caio Prado. Fui presa por ocasião da visita do Rockefeller ao Brasil em 69. Foi uma “operação gaiola”, como eles chamaram.” (LOBO, 1992: 9)

Em fevereiro de 1969, foi criado o decreto-lei de número 477, o qual estabelecia o processo de punição de professores, funcionários e estudantes acusados de subversão. Em junho do mesmo ano efetivou-se a lei com cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos ou aposentadoria. Os historiadores da UFRJ atingidos por essa lei foram Eulália Maria L. Lobo, Guy Jose P. de Holanda, Hugo Weiss, Manoel Maurício de Albuquerque e Maria Yedda Linhares. Neste momento, a violência contra a intelectualidade foi explícita. A intenção de reescrever a história fez com que os militares criassem áreas e cursos de estudos sociais, como Organização Social e Política do Brasil (OSPB), Educação Moral e Cívica (EMC) e o Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB), nos anos de 1968 a 1971. Por ser

considerado um espaço de subversão, o IFCS (parte da antiga FNFI) foi um dos institutos mais atingidos com o A.I.5, fazendo com que parte dos seus docentes fossem aposentados forçosamente pelo regime militar.

O professor Eremildo Luiz Vianna foi um personagem importante para a análise de como aconteceu a repressão nos meios acadêmicos do Rio de Janeiro. O professor tornou-se catedrático de História Antiga e Medieval em 1946, da então Faculdade Nacional de Filosofia na ainda Universidade do Brasil, e foi diretor da Faculdade entre 1957 e 1963. Em 1965, houve a transferência do curso de História da FNFI para o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, e foi no IFCS que o professor Eremildo se tornou diretor novamente por quase toda a ditadura militar.

Logo no dia 16 de maio de 1964, com a ainda muito recente implementação da ditadura no país, o professor Eremildo Luiz Vianna já enviara relatórios para o então general Arcy da Rocha Nóbrega, que presidia a Comissão de Investigação da Universidade do Brasil (CIUB). O relatório redigido por Eremildo, intitulado “Professores comunistas da Faculdade Nacional de Filosofia”, denunciava 44 professores da, então, Universidade do Brasil de subversão. Segundo ele, todos estes professores reunir-se-iam em uma célula comunista de nome *Anchieta*. De acordo com a matéria publicada no Jornal do Brasil de 16 de abril de 1978, no relatório da CIUB o general Nóbrega desconfiava da demasiada boa vontade do professor:

“Da primeira leitura do mencionado documento verificou-se, desde logo, que o mesmo não era apenas um repertório de informações, mas sem um violento libelo acusatório em que a parte informativa era tão somente um inconsistente lastro para motivar o indisfarçado conteúdo opinativo do mesmo. Nenhuma prova era aduzida, nenhuma fonte para confirmação era dada.” (JORNAL DO BRASIL, 1978: 17).

Ainda segundo o Jornal do Brasil, no relatório da CIUB o general relata que o documento produzido por Eremildo chegou às suas mãos no dia em que a Comissão foi criada e ainda recebeu uma ligação de Eremildo se dispondo a ajudar nos trabalhos da comissão. Segundo Arcy, o professor era de uma “solicitude talvez excessiva para um primeiro contato.” Colocando-se como bastião da moralidade e do combate a tudo que parecesse subversivo o professor viu o regime militar como uma grande oportunidade de ascender rapidamente aos cargos mais importantes dentro e fora da Universidade. Além de denunciar diversos colegas do departamento de História, Eremildo denunciou diversos colegas de toda a UFRJ, inclusive a professora Maria Yedda Linhares, catedrática de História Moderna e Contemporânea da

FNFI desde 1958 e presidente da Rádio MEC em 1963. Em 1969, com o A.I.5 de Costa e Silva, 44 professores da UFRJ foram efetivamente aposentados e cassados, alguns nomes da “Lista de Eremildo” se mantiveram nesta nova lista de 1969. Segundo Maria Yedda, o professor Eremildo já em 1958 não estava satisfeito com o fato de ela estar ocupando a cátedra de História Moderna e Contemporânea:

“Mas na medida em que eu trouxe sangue novo quando assumi a cátedra, em 1958, e comecei a mobilizar as pessoas, ele foi sendo corroído pela inveja, pelos ciúmes, pois deixou de ser a grande personalidade. Passei então a ser alvo de um ataque feroz por parte dele. Aqueles anos foram muito criativos para mim, mas foram também os mais dolorosos da minha vida. Acho que tive uma premonição disso tudo quando, ao assumir a cátedra, disse para mim mesma: Não é isto o que eu quero. Não estou atrás de poder, não quero ser figura de proa.” (LINHARES, 1992: 216-236)

Logo depois do golpe, Eremildo não satisfeito, invadiu a Rádio MEC. Segundo o Jornal O Globo (O GLOBO, 1998:17), o professor chegou à Rádio acompanhado de dez alunos armados com o objetivo de destituir a então presidente, Maria Yedda Linhares. Porém, a secretária Sandra Ribeiro da Costa impediu a invasão contando com a ajuda de seu pai, o Ministro do Supremo Tribunal, Orlando Ribeiro da Costa. Ainda assim, com o documento da Secretária de Segurança Pública do Estado da Guanabara, o professor Eremildo conseguiu o cargo de presidente da Rádio MEC.

Este episódio fez com que Eremildo conquistasse uma gama de inimigos. Não só a professora Maria Yedda, mas nomes como Élio Gaspari que havia sido expulso da FNFi por Eremildo quando era estudante de História e Stanislaw Ponte Preta. Segundo Maria Yedda Linhares:

“Ele dizia que ia ser ministro da Educação, reitor, mas ficou lá, muito obscuramente. Eu então montei um quartel-general para alertar a opinião pública sobre quem era Eremildo Viana. Ele virou até personagem do Jorge Amado, o professor dedo-duro. Stanislaw Ponte Preta, Elio Gaspari, todos falavam mal dele. Eu queria destruir o Eremildo. Não era uma coisa muito construtiva, mas me deu prazer. O dr. Nascimento Brito, do Jornal do Brasil, me deu muito apoio.” (LINHARES, 1992: 216-236).

Todas essas informações parecem relacionar-se diretamente às fontes trabalhadas. Stanislaw Ponte Preta escreveu algumas vezes sobre Eremildo em sua coluna no jornal *Última Hora*, mostrando as práticas opressivas do professor na presidência da Rádio Mec. Uma de suas crônicas foi publicada inclusive em seu Livro *Feabapá* (PONTE PRETA, 1967) intitulada “Eremildo e o bidê” descrevendo a perseguição de Eremildo a funcionários e a

história que mantinha um bidê preto no seu gabinete. Elio Gaspari também anuncia Eremildo como um Querubim do regime militar (GASPARI,2002: 225). Finalmente, o Jornal do Brasil, que pareceu incomodar bastante Eremildo Vianna ao publicar, na sessão Informe JB do ano de 1978, uma seqüência de matérias sobre as atividades de Eremildo na ditadura, entrevistas com professores cassados da UFRJ. O Jornal publica, inclusive, que a CIUB descobriu fraudes no período em que Eremildo esteve à frente da FNFI, o indiciando por falsificar documentos.

Em carta publicada no Jornal do Brasil do dia 6 de abril de 1978, Eremildo rebate as acusações, primeiramente, trazendo à tona o relatório do processo arquivado e logo depois a negação de ter “tomado de assalto” à Rádio Mec e de ter denunciado professores da UFRJ.

“Não posso, pois aceitar o qualitativo de “posseiro” da Faculdade de Filosofia com que me mimoseou o redator do Informe JB. Quem foi legitimamente investido da função não é posseiro. Nem também o adjetivo no que diz respeito [trecho ilegível] Educativa (Rádio MEC), pois, saiba o sr. Jayme Tiomno que fui nomeado pelo Comando Revolucionário para exercer as funções de diretor daquele serviço. Não tomei a Rádio MEC de assalto.” (JORNAL DO BRASIL,1978:19)

A negação de que acusou professores viria um pouco depois:

“Quanto a me atribuírem cassações ou aposentadoria de colegas meus, entre os quais figuraram Leite Lopes e outros, acho até graça, para não achar ridícula a acusação. No tão falado inquérito, uma das acusações a mim feitas foi a de que denunciei numerosos colegas. Não vou agora discutir atos e fatos forjados por pessoas derrotadas, então, pela Revolução é que apelaram para recursos lícitos para desmoralizar e arruinar a reputação alheia. Houve mesmo uma reunião na sede da reitoria, durante a qual, perante professores adrede convocados, uma autoridade, brandindo um papel afirmava que eu denunciara cerca de 40 professores da Faculdade de Filosofia, o que era uma grosseira mentira. Em inquérito, eu havia acusado uma autoridade e alguém resolveu apelar para uma falsa acusação no intuito de defender aquela autoridade. E depois, imaginem que poder de convicção eu teria para na conformidade de raciocínio do redator do JB convencer o governo a cassar ou aposentar quase meia centena de professores se nem sequer pertencia a qualquer comissão ligada a matéria. Com todo esse prestígio, como se explica que não pude obter mais elevados postos?” (JORNAL DO BRASIL,1978:19)

As justificativas de Eremildo foram diversas vezes associadas a altos cargos. Isto quer dizer que sempre estava presente em suas justificativas a idéia de que se ele tivesse feito tudo o que dizem que ele fez, ele estaria em grandes cargos. Em matéria publicada pelo Jornal o Globo, ele continua trazendo essa questão em sua defesa:

“Eremildo negava ter causado a cassação: “Ora, se eu tivesse poder para cassar essa gente toda, teria conseguido pelo menos um posto importante no Governo”, disse em 1980, quando essa gente toda estava de volta. E dava mais munição a seus críticos que o acusavam de querer ser ministro a todo custo: “ Petrônio Portella foi contra a Revolução e é hoje ministro da Justiça. É como diz um oficial amigo meu: em vez de entregarem o Petrônio à Justiça, botaram a Justiça nas mãos do Petrônio, lamentou em 1979.” (O GLOBO, 1998:17).

Analisar o processo interno de reconfiguração da Universidade Federal do Rio de Janeiro durante a ditadura militar demonstra não somente a resistência de intelectuais frente ao regime, mas evidencia a imersão de intelectuais orgânicos da direita em um mesmo espaço acadêmico. Pierre Bourdieu traz uma grande contribuição na análise a partir do conceito de “campo científico” pensando não somente o campo da ciência como um espaço de lutas em vista da idéia estável de verdade pura, para mostrar que a estrutura e funcionamento do campo científico pressupõe uma forma de disputa de interesses. Para isso, é necessário analisar o campo científico a partir da não separação entre sua capacidade técnica ou competência e suas representações sociais. Um pesquisador não é descolado de posição ocupada por ele na hierarquia social. A sua capacidade técnica é relacionada a sua posição e busca de prestígio e reconhecimento que o coloca em determinado grau de autoridade científica.

Eremildo, até então inserido nos cargos dirigentes dentro e fora da universidade, apoiava-se numa forma de fazer História, expurgada da chamada “subversão” e com um projeto efetivo de manutenção da ordem. Na Rádio Mec era proibida até mesmo a execução de músicas dos russos Rachmaninoff e Riniski-Korsakov, com o argumento de que “não se mistura arte com política.” (O GLOBO, 1998:17). O pressuposto de que “arte e política não se misturam” tem um objetivo claro de submeter um projeto de sociedade goela abaixo.

O ideal de ordem foi muito bem difundido por aqueles intelectuais orgânicos, que se colocaram como arautos do estado de repressão nos meios intelectuais, impondo um modo de fazer ciência a partir de uma moral conservadora. Ocupando cargos dirigentes dentro das universidades, estes intelectuais ainda contavam também, com os aparelhos coercitivos do Estado como mantenedores de uma determinada forma de funcionamento das instituições de ensino e este caso específico contribui para a confirmação de que “os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos.” (BOURDIEU, 1983:124).

No caso da disciplina História, ainda que certos intelectuais entendam seu próprio trabalho descolado da realidade social concreta em que eles mesmos estão envolvidos e em certa medida determinados, entendo que sua atuação está ligada a um projeto social que se relaciona à realidade vivida pelo agente do conhecimento. Segundo Josep Fontana:

“O historiador não achará resposta aos seus problemas específicos - à necessidade de manejar uma visão satisfatória do passado - se não trabalha, por sua vez, a crítica do presente e na invenção do futuro; se não renuncia a ser especialista no seu campo fechado, para converte-se num participante a mais numa tarefa comum, a que acode com a sua própria ferramenta.” (FONTANA, 1998: 265-266).

No regime militar, muitos historiadores se tornaram um incomodo à ditadura, pois trabalhavam para a renovação do conhecimento sobre o passado a luz dos problemas que atravessavam a “produção acadêmica”. É necessário o resgate desta aproximação e a construção do saber histórico, não pela contingência ou pelo campo de saber em si, mas também nas portas que se abrem fora dele.

Este trabalho analisa os embates de projetos do campo acadêmico de determinada época, no entanto, tem também o claro desígnio de evidenciar que um campo acadêmico também é espaço de disputa de projetos efetivamente políticos. Por isso, ao assumir tal pressuposto, o historiador se coloca em uma constante reflexão e consciência de que todos fazemos parte de uma realidade histórica que atravessa os departamentos e as universidades e que torna possível nossa agência sobre o mundo, procurando novas possibilidades, trazendo novos problemas e soluções. Obviamente que a história “real” e o conhecimento histórico são diferentes, mas isso não elimina a ponte entre eles. O objeto relaciona-se objetivamente com seu conhecimento. Por isto este trabalho além de repensar o papel dos intelectuais em sua relação com a sociedade no contexto do regime militar, propõe uma volta à disciplina não somente como produtora de um saber “livresco”, mas retornando à função por muitos esquecida, de desafios propostos pelo presente.

Bibliografia:

BOURDIEU, Pierre. “O Campo Científico” in ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu*. São Paulo, Ática, 1983.

CARDOSO, Ciro. F. S. Entrevista cedida à Ludmila Gama Pereira em maio de 2008.

DREIFUSS, René Armand. “Correspondência de Sônia Maria Seganfredo com o IPES” in *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, Apêndice O. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

FONTANA, Josep. *História: Análise do Passado e Projeto Social*. Bauru, Edusc, 1998.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

GRAMSCI, Antonio. “Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais” in *Cadernos do cárcere*, vol. 2. Rio de Janeiro,

Civilização Brasileira. 2000.

JORNAL DO BRASIL. *Costa e Silva só puniu 12 dos 44 que Eremildo Acusou*. 16 de abril de 1978, 1º Caderno, p. 17.

JORNAL DO BRASIL. *Eremildo Vianna nega que tenha cometido crime em sua carreira*. 06 de abril de 1978, 1º Caderno, pg. 17.

JORNAL O GLOBO. *Óbito: Eremildo Luiz Vianna aos 85 anos*. 11 de Agosto de 1998.

LINHARES, Maria Yedda. Entrevista cedida à revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Entrevista cedida à revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 9, 1992.

MENDONÇA, Sonia. R. de & FONTES, Virginia. M. *História do Brasil recente, 1964-1992*. 4ª ed. revista e atualizada. São Paulo, Ática, 1996. p.40.

MORAES, José e REGO, José M. *Conversa com historiadores brasileiros*. Editora 34, 2002.

PONTE PRETA, Stanislaw. “Eremildo e o Bidê” in *FEBEAPÁ 2, 2º Festival de Besteira que Assola o País*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Sabiá, 1967.

WERNECK DA SILVA, J. L. *A Deformação da Historia ou Para Não Esquecer – Brasil: Os Anos de Autoritarismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.